

Governo do Estado de Santa Catarina
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Concurso Público • Edital 002/JUCESC/2013

 <http://jucesc2013.fepese.org.br>

Caderno de Prova



15 de setembro



das 13:10 às 17:40 h



4:30 h de duração*



50 questões



3 questões



AA

Advogado Autárquico



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Direito Geral

(25 questões)

1. Assinale a alternativa **correta**, acerca dos Estados Federados, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a. É livre a edição de medida provisória no âmbito estadual.
- b. A lei que fixa o subsídio dos Secretários de Estados é de iniciativa privativa do Governador.
- c. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- d. O subsídio dos Deputados Federais será fixado na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais.
- e. As regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, poderão ser instituídas pelos Estados, mediante lei complementar, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

2. O artigo constitucional que assevera que *São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*, trata de norma de:

- a. eficácia plena.
- b. eficácia contida.
- c. eficácia limitada.
- d. princípio institutivo.
- e. princípio programática.

3. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a. Em matéria de legislação concorrente, compete aos Estados legislar sobre normas gerais.
- b. A competência privativa da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- c. A competência privativa da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos demais entes federados.
- d. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- e. A suplementação superveniente de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual ou municipal, no que lhe for contrário.

4. Assinale a alternativa **correta** acerca da Intervenção, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a. A Constituição Federal veda a intervenção da União nos Municípios.
- b. O decreto de intervenção deverá ser submetido ao Poder Legislativo competente, no prazo de quarenta e oito horas.
- c. O provimento, pelo Tribunal de Justiça, da representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual autoriza a União a intervir nos Municípios localizados em Território Federal.
- d. Se não estiver funcionando o Congresso Nacional, o decreto será apreciado, em regime extraordinário, na primeira sessão legislativa subsequente aos fatos.
- e. Excepcionalmente, o Estado poderá requisitar ao Supremo Tribunal Federal autorização para intervir na União para assegurar a forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

5. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas.

- a. A concessão de intervalo para repouso e alimentação é liberalidade do empregador.
- b. Os intervalos de descanso deverão ser computados na duração do trabalho.
- c. Sempre que o trabalho não exceder de 6 horas, será obrigatório um intervalo de 15 minutos.
- d. A não concessão de intervalo para repouso e alimentação, acarretará a obrigação do pagamento de tais períodos como hora extra.
- e. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de 2 horas.

6. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas.

- a. Não se admite contrato individual de trabalho tácito e verbal.
- b. É de 6 meses o prazo do contrato de experiência.
- c. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser celebrado por prazo superior a 6 meses.
- d. É vedado ao empregador exigir do candidato à vaga de emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 meses.
- e. No tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave, recebido indenização legal ou se aposentado espontaneamente.

7. De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, qual o período mínimo de descanso entre duas jornadas?

- a. 6 horas
- b. 8 horas
- c. 11 horas
- d. 12 horas
- e. 24 horas

8. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas.

- a. O empregado que permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias não terá direito às férias.
- b. O direito às férias é intangível, não podendo, assim, o empregado suprimi-los em nenhuma hipótese.
- c. A apresentação do empregado para o serviço militar obrigatório não gera a perda do direito às férias.
- d. A percepção de prestações pecuniárias de acidente do trabalho ou auxílio doença, por mais de 3 meses, contínuos, acarreta a perda do direito ao gozo de férias.
- e. O empregado, logo após o retorno do gozo das férias, deverá apresentar ao empregador sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, para que nela seja anotada a respectiva concessão.

9. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Administrativo.

- a. O Estado não poderá ser responsabilizado civilmente por casos de omissão.
- b. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c. O ordenamento jurídico brasileiro adota a Teoria do Risco Integral, devendo o Estado responder por qualquer evento danoso.
- d. É objetiva a responsabilidade do Estado por atos praticados por seus agentes mediante dolo, culpa ou omissão.
- e. Em se tratando de responsabilidade objetiva do ente estatal, não poderão ser consideradas como causas excludentes de responsabilidade civil o fortuito e a força maior.

10. Assinale a alternativa **correta** em matéria de licitação e contrato administrativo.

O prazo mínimo que deverá intermediar entre a última publicação do extrato do certame e o recebimento das propostas ou da realização do evento será de:

- a. 5 dias para a modalidade de Convite.
 - b. 8 dias na modalidade de Pregão, quando for do tipo menor preço.
 - c. 30 dias para a modalidade de Concurso.
 - d. 45 dias na modalidade de Concorrência, quando a licitação for do tipo melhor técnica.
 - e. 45 dias para a modalidade de Tomada de Preço, quando o tipo de licitação for a melhor técnica.
-

11. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- a. Em razão do princípio da individualização da pena, as sanções aplicadas não poderão passar da pessoa do acusado.
- b. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública negar publicidade aos atos oficiais.
- c. O Ministério Público, se não for o autor da ação, poderá requerer o ingresso no feito a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- d. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- e. Prescreve em dez anos, após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções por atos de improbidade administrativa.

12. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Administrativo.

São atributos do ato administrativo:

- a. Finalidade, forma e objeto.
 - b. Supremacia do poder público, imperatividade, agente capaz e objeto lícito.
 - c. Competência, forma, finalidade e presunção de legitimidade.
 - d. imperatividade, presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.
 - e. Motivação, objeto lícito, finalidade, imperatividade e competência.
-

13. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. Apenas o devedor poderá ser constituído em mora.
 - b. A mora somente se constitui mediante interposição judicial ou extrajudicial.
 - c. Considera-se o devedor em mora, desde o dia em que praticou o ato ou omissão.
 - d. Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil, automaticamente será convertida em perdas e danos.
 - e. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
-

14. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. A prescrição iniciada contra uma pessoa tem seu prazo renovado contra o seu sucessor.
- b. Os prazos de prescrição poderão ser alterados por acordo expreso das partes.
- c. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência.
- d. Consumada a prescrição, as partes não poderão renunciar à prescrição.
- e. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

15. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve em três anos.
 - b. A pretensão de reparação civil prescreve em cinco anos.
 - c. Prescreve em quatro anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
 - d. Prescreve em três anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
 - e. Prescreve em dois anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
-

16. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código de Processo Civil.

- a. A empresa individual de responsabilidade limitada é considerada pessoa física.
 - b. Os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito público interno.
 - c. Os direitos da personalidade não são aplicáveis às pessoas jurídicas.
 - d. Apenas os atos dos administradores exercidos dentro dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo é que obrigam a pessoa jurídica.
 - e. Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
-

17. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Tributário.

Qual dos tributos abaixo descritos não obedece ao princípio da anterioridade mínima nonagesimal?

- a. Imposto de renda
- b. Imposto sobre serviço
- c. Imposto sobre produtos industrializados
- d. Contribuição social
- e. CIDE combustível

18. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Tributário.

- a. Interpreta-se de forma literal a legislação tributária quanto à natureza da penalidade aplicável.
 - b. A outorga de isenção deverá ser interpretada da maneira mais favorável ao contribuinte.
 - c. Para a definição dos efeitos tributários, o contribuinte poderá se valer dos princípios gerais do direito privado.
 - d. Em decorrência dos princípios da legalidade e da reserva legal, não poderá a autoridade competente valer-se da equidade para interpretar a legislação tributária.
 - e. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na interpretação e integração da norma tributária, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
-

19. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Tributário.

- a. Não se admite a interpretação retroativa na aplicação da legislação tributária.
- b. A expressão “legislação tributária” compreende apenas as leis e os decretos.
- c. Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são normas complementares da legislação tributária.
- d. A observância das práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas não exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- e. Constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

20. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Tributário

- a. A multa tributária é considerada confisco.
- b. O Supremo Tribunal Federal, em sede de controle normativo abstrato, poderá examinar se determinado tributo ofende, ou não, o princípio constitucional da não-confiscatoriedade.
- c. Excepcionalmente, a função extrafiscal do tributo poderá acarretar no confisco ao patrimônio do contribuinte.
- d. O confisco é legítimo quando a atividade governamental pautar-se pelo princípio da razoabilidade.
- e. Em matéria de competência tributária, apenas a União poderá instituir tributo com efeito confiscatório.

21. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Civil.

- a. A parte contrária deverá consentir no ingresso em juízo do adquirente ou o cessionário da coisa ou do direito litigioso.
- b. Como procurador, o advogado tem direito de requerer vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 15 dias.
- c. A parte, que revogar o mandato outorgado ao seu advogado, deverá constituir novo procurador no prazo de 10 dias.
- d. Em caso de alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, a sentença proferida somente terá efeito entre as partes originárias.
- e. A qualquer momento, no curso do processo, poderá ocorrer a substituição das partes.

22. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Civil.

- a. É vedada a formulação de pedido sucessivo.
- b. A petição inicial sempre deverá conter pedido certo ou determinado, sob pena de indeferimento.
- c. É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- d. Os pedidos deverão ser interpretados de forma ampliativa, a fim de se incluírem no principal os juros legais.
- e. Deverá ser empregado o rito sumário, quando, para cada pedido do autor, corresponder um tipo diverso de procedimento.

23. Assinale a alternativa **correta**.

- a. Os livros comerciais são considerados provas absolutas contra o seu autor.
- b. A carta precatória e a carta rogatória, não devolvidas dentro do prazo ou concedidas sem efeito suspensivo, poderão ser juntas aos autos até o julgamento final.
- c. A parte que requerer o seu próprio depoimento pessoal deverá fazê-lo na primeira oportunidade que se manifestar nos autos.
- d. A escrituração contábil poderá ser considerada divisível quando, dos fatos que resultam dos lançamentos, uns forem favoráveis ao interesse de seu autor e outros, contrários.
- e. Aquele que tiver interesse no litígio é impedido de prestar depoimento como testemunha.

24. Assinale a alternativa **correta** em matéria de execução fiscal.

- a. A reconvenção deverá ser apresentada na mesma ocasião da propositura dos embargos.
- b. O pedido de compensação será arguido como matéria preliminar, processado e julgado com os embargos.
- c. A intimação da penhora é termo inicial para contagem de prazo para oferecimento dos embargos.
- d. O processo de execução fiscal segue o Código de Processo Civil, não havendo, pois, necessidade de garantia do juízo para o oferecimento dos embargos.
- e. Recebidos os embargos, e fixados os pontos controvertidos, as partes serão intimadas para se manifestarem em relação à produção e indicação das provas que pretendem produzir.

25. Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Processual Civil.

- a. Apenas o Poder Judiciário possui competência para exercer a jurisdição.
- b. Em matéria de jurisdição, o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da inércia.
- c. Jurisdição é a parcela de competência atribuída ao órgão judicante.
- d. Jurisdição extraordinária ou especial é aquela exercida pelos Tribunais Superiores.
- e. A jurisdição voluntária ou contenciosa é homologatória da vontade das partes.

Coluna
em Branco.
(rascunho)

Direito Específico

(25 questões)

26. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

Não poderão recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que:

- a. realize atividade de consultoria.
- b. realize a venda de combustível.
- c. preste serviço de transporte municipal.
- d. exerça a atividade de venda de bebida alcoólica.
- e. exerça a atividade de venda de veículo automotor.

27. Assinale a alternativa **correta**, em relação ao recolhimento dos tributos devidos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

- a. Os tributos devidos deverão ser pagos por meio de compensação de créditos.
- b. A cessão de créditos para extinção de débitos no Simples Nacional deverá ser autorizada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
- c. Autorizada a compensação de créditos, poderá o credor indicar o tributo e o ente federado cuja extinção de débitos deverá operar.
- d. É facultado ao credor o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional para extinção de débitos do Simples Nacional.
- e. Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.

28. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro:

- a. decai em 2 anos.
- b. decai em 3 anos.
- c. decai em 5 anos.
- d. prescreve em 2 anos.
- e. prescreve em 3 anos.

29. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- b. As fundações são pessoas jurídicas de direito público.
- c. A empresa individual de responsabilidade limitada é pessoa jurídica de direito privado.
- d. As organizações religiosas são consideradas associações públicas.
- e. A associação pública é considerada pessoa jurídica de direito privado.

30. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

Instituto jurídico que implica a extinção de duas ou mais sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e nas obrigações, denomina-se:

- a. cisão.
- b. fusão.
- c. falência.
- d. incorporação.
- e. transformação.

31. De acordo com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa **correta** no que se refere à sociedade em conta de participação.

- a. A responsabilidade do sócio participante é solidária à do sócio ostensivo.
- b. Cabe ao sócio deliberar acerca da admissão de novo sócio na sociedade em conta de participação.
- c. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante.
- d. A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
- e. Os sócios da sociedade em conta de participação poderão a qualquer momento promover o registro do contrato social a fim de conferir personalidade jurídica à sociedade.

32. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. A empresa individual de responsabilidade limitada poderá ter o nome empresarial sob a forma de firma ou denominação social.
- b. A empresa individual de responsabilidade limitada poderá ser constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social.
- c. A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada poderá figurar em até 3 empresas dessa modalidade.
- d. A empresa individual de responsabilidade limitada poderá ser constituída por mais de um sócio, desde que todos os sócios sejam vinculados à atividade profissional.
- e. A empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" no início do nome empresarial.

33. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. Na escrituração contábil da sociedade comercial não poderá ser empregado o uso de códigos de números ou de abreviaturas.
- b. O livre Diário é indispensável e não poderá ser substituído por nenhum outro documento, sob pena de presunção negativa contra o empresário.
- c. A recusa na apresentação dos livros determinada por meio de ordem judicial presume, de forma absoluta, como verdadeiro o alegado pela parte contrária para se provar pelos livros.
- d. Os documentos relativos à escrituração do empresário e da sociedade empresária, por serem protegidos pela confidencialidade, somente poderão ser examinados por meio de ordem judicial.
- e. O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas a sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.

34. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. Para ter validade jurídica, os atos do preposto devem ser ratificados pelo preponente.
- b. O preposto pode autorizar, por escrito, terceiro a substituí-lo no desempenho da preposição.
- c. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.
- d. O preposto, no exercício da preposição, poderá negociar por conta própria ou de terceiro, uma vez demonstrado o lucro da operação.
- e. A outorga de limites e poderes aos prepostos e gerentes, para serem opostas a terceiros, independem do arquivamento e averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis.

35. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a. A participação nos lucros da empresa é impenhorável.
- b. O sócio poderá ser excluído da participação dos lucros e das perdas, por meio de cláusula escrita no instrumento de contrato.
- c. Pelas dívidas da sociedade, os bens particulares dos sócios podem ser executados conjuntamente aos bens sociais.
- d. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- e. Para formação da maioria absoluta, nas deliberações sobre os negócios da sociedade, são necessários votos correspondentes a mais de metade dos sócios presentes.

36. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Decreto nº 1.800/1996, que regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

O Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis é composto pelos seguintes órgãos:

- a. Apenas pelas Juntas Comerciais.
- b. Departamento Nacional de Registro do Comércio e pelas Juntas Comerciais.
- c. Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República; Departamento Nacional de Registro do Comércio; Departamento Regional de Registro do Comércio e pelas Juntas Comerciais.
- d. Departamento Nacional de Registro do Comércio; Cadastro Estadual de Empresas Mercantis; Cadastro Nacional de Empresas Mercantis e Juntas Comerciais.
- e. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Departamento Nacional de Registro do Comércio; Delegacias Estaduais do Comércio e pelas Juntas Comerciais.

37. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Decreto nº 1.800/1996, que regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

É órgão deliberativo inferior das Juntas Comerciais:

- a. A Turma.
- b. O Plenário.
- c. A Delegacia.
- d. A Procuradoria.
- e. A Secretaria-geral.

38. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Decreto nº 1.800/1996, que regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

- a. O assentamento de usos ou práticas mercantis é efetuado pela Junta Comercial.
- b. Os modelos e a expedição de certidões serão disciplinados por resolução expedida pela Junta Comercial.
- c. Qualquer pessoa poderá, demonstrado o interesse, consultar os documentos arquivados nas Juntas Comerciais e obter certidões, mediante pagamento do preço devido.
- d. Os documentos arquivados pelas Juntas Comerciais poderão ser retirados de suas dependências, em carga rápida, pelos sócios, procurador ou representante legal da sociedade comercial ou mercantil.
- e. Compete ao Departamento Nacional de Registro do Comércio propor a elaboração da Tabela de Preços dos Serviços pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis.

39. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Decreto nº 1.800/1996, que regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Das decisões definitivas, singulares ou de Turmas cabe:

- a. recurso ordinário.
 - b. recurso de agravo.
 - c. recurso ao Plenário.
 - d. recurso ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.
 - e. pedido de reconsideração.
-

40. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

- a. A denominação da empresa não poderá conter o nome do fundador, acionista, ou qualquer outra pessoa.
 - b. A responsabilidade dos sócios ou acionistas é solidária ao total de ações emitidas e integralizadas pelos demais acionistas.
 - c. O contrato social definirá o objeto de modo preciso e completo.
 - d. A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades.
 - e. A denominação da sociedade deverá conter as expressões “companhia” ou “sociedade anônima”, no início ou ao final.
-

41. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Estadual nº 6.745/1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Nos casos de impedimento de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança haverá o instituto:

- a. da designação.
- b. da recondução.
- c. da substituição.
- d. da readaptação.
- e. da redistribuição.

42. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

- a. É vedado à companhia adquirir debêntures de sua emissão.
 - b. É proibida a criação de mais de uma classe ou série de debêntures.
 - c. Bônus de subscrição resulta da divisão do patrimônio líquido da companhia pelo número de ações.
 - d. As partes beneficiárias poderão conferir ao beneficiário qualquer direito privativo de acionista.
 - e. As partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais.
-

43. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

- a. Os acionistas sem direito de voto não poderão participar da assembleia geral.
- b. A incorporação de imóveis para formação do capital social não exige escritura pública.
- c. O sócio subscritor da ação não pode se fazer representar na assembleia geral ou na escritura pública.
- d. A constituição de companhia por subscrição pública pode fazer-se por deliberação dos subscritores em assembleia geral ou por escritura pública.
- e. Após a subscrição de, pelo menos por 2 pessoas, com a realização, como entrada, de 10% no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas, a companhia poderá iniciar o seu funcionamento.

44. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Instrução Normativa nº 123, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a expedição de certidões, a sua utilização em atos de transferência de sede, abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais, proteção ao nome empresarial e dá outras providências.

As Juntas Comerciais expedirão as seguintes modalidades de certidões:

- a. Resumida e específica.
- b. Resumida e de inteiro teor.
- c. Simplificada, resumida e de inteiro teor.
- d. Simplificada, específica e de inteiro teor.
- e. Simplificada e resumida.

45. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Instrução Normativa nº 123, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a expedição de certidões, a sua utilização em atos de transferência de sede, abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais, proteção ao nome empresarial e dá outras providências.

- a. Protocolado o requerimento de certidão, a Junta Comercial indicará o tipo de certidão a ser expedida.
- b. Pelo princípio da especificidade, nenhum tipo de certidão poderá conter mais de um tipo de informação.
- c. A Junta Comercial que arquivar atos de filial, com sede em outra unidade da federação, poderá expedir certidões de dados da respectiva sede, que constem de seus arquivos.
- d. A Junta Comercial poderá emitir certidões de registros comerciais de sociedades simples, desde que devidamente autorizadas pelo Cartório de Registro Civil competente.
- e. A certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedade mercantil, expedida pela Junta Comercial em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou aumento do capital social.

46. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 5.764/1976, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

- a. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".
- b. Nas cooperativas singulares, cada associado presente terá direito de voto proporcional ao número de suas quotas partes.
- c. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus associados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.
- d. A Assembleia Geral Extraordinária deverá ser realizada, anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício social.
- e. As pessoas que reciprocamente se obrigarem a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, com o objetivo de lucro, podem celebrar contrato de sociedade cooperativa.

47. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Estadual nº 6.745/1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

- a. É permitida a acumulação de férias, depois do primeiro ano de exercício.
- b. O funcionário gozará obrigatoriamente 30 dias ininterruptos de férias por ano, de acordo com a escala organizada.
- c. O funcionário que for impedido de gozar as férias regulares, por imperiosa necessidade de serviço, terá direito de usufruí-las em dobro.
- d. Passado o período do estágio probatório, adquirirá o funcionário direito a férias, as quais corresponderão ao ano em que completar o período.
- e. O Estatuto do Servidor Público Estadual assegura a percepção de $\frac{2}{3}$ a mais do que a remuneração normal, por ocasião do gozo das férias anuais.

48. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Estadual nº 6.745/1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

- a. No período em que estiver disponível, o funcionário perceberá proventos integrais, observadas as regras aplicáveis à aposentadoria.
- b. O servidor em disponibilidade não está sujeito às proibições de acumulação remunerada de cargos.
- c. O servidor em disponibilidade não poderá ser aposentado enquanto não cessar o fato gerador do seu afastamento.
- d. Extinto o cargo, por lei, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada.
- e. A disponibilidade do servidor em estágio probatório não poderá ser remunerada.

49. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Estadual nº 6.745/1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Em relação ao direito de petição, o requerimento ou representação dirigido à autoridade competente para decidi-lo, deverá ter solução:

- a. em até 10 úteis, contados do registro do pedido.
- b. no prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- c. no prazo máximo de 45 dias, salvo em caso que obrigue a realização de diligência ou estudo especial, hipótese em que não poderá passar de 90 dias.
- d. no prazo improrrogável de até 90 dias.
- e. no prazo máximo de 120 dias.

50. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei Estadual nº 6.745/1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

- a. A demissão simples não possui o efeito de incompatibilizar o ex-funcionário com o exercício de cargo ou emprego público.
- b. Na ação disciplinar, o curso da prescrição é suspenso com a instauração do processo disciplinar.
- c. Prescreve a ação disciplinar em 5 anos, quanto aos fatos punidos com repreensão, suspensão, ou destituição de encargo de confiança.
- d. Se o fato apurado na ação disciplinar configurar também ilícito penal, o lapso prescricional seguirá o mesmo da ação penal.
- e. A confissão espontânea da autoria de infração ignorada ou imputada a outrem é circunstância atenuante na aplicação de penalidade na ação disciplinar.

SEGUNDA PARTE

Discursivas • Direito Específico

(3 questões)

1. A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina necessita contratar um serviço permanente de coleta de resíduos sólidos especiais. Para tanto, o setor de licitações, em pesquisa de mercado, cotou o serviço, sendo o menor orçamento o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais). Ultrapassados os atos do procedimento licitatório, apertou o processo na Procuradoria Jurídica, para parecer, acerca da contratação, por meio de dispensa de licitação, em razão do valor.

Deve o candidato analisar o caso e discorrer sobre a legalidade da modalidade licitatória indicada pela comissão de licitação.

2. Uma sociedade comercial, visando assinar contrato com a Administração Pública, requereu à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina a emissão de certidão para fins de comprovação de exclusividade. No pedido, solicitou que ficasse consignado no documento que é representante comercial exclusivo de determinado produto. O processo interno foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para parecer.

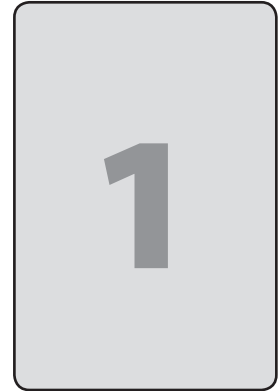
Deve o candidato analisar a possibilidade jurídica da emissão de referido documento.

3. Determinada sociedade limitada protocolou requerimento de alteração contratual. Trata-se o pedido de exclusão extrajudicial de sócio. Autuado o processo, foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para parecer.

Deve o candidato analisar a possibilidade jurídica do caso.

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>